



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **O LUGAR DA EXPOSIÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO COMUNITÁRIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NA AMAZÔNIA - UM ESTUDO DE CASO NA VILA DE JOANES, ILHA DO MARAJÓ – PARÁ**

**Luzia Gomes Ferreira<sup>1</sup>**  
(FAV/ICA/PPGA/UFGA)  
[luziagomes@ufpa.br](mailto:luziagomes@ufpa.br)

**Marcia Bezerra<sup>2</sup>**  
(PPGA/UFGA/CNPq)  
[marciabezerrac14@gmail.com](mailto:marciabezerrac14@gmail.com)

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo deste artigo é relatar sobre a possibilidade de se estabelecer e manter espaços destinados à preservação e exposição de vestígios arqueológicos sem precisar retirá-los do seu local de origem. Considerando o interesse, sentimentos, ideias e modos de se comportar e agir compartilhados socialmente pelos moradores com relação a esta porção material que compõe a paisagem local.

Por acreditarmos na possibilidade de existir pontos de intersecção entre os interesses dos moradores da Vila de Joanes, técnicos dos órgãos gestores do patrimônio e pesquisadores, a partir de um diálogo multivocal entre Arqueologia e Museologia, buscamos refletir sobre o desafio de pensar e exercitar a gestão comunitária e compartilhada do patrimônio arqueológico visando práticas de preservação e musealização descolonizante no contexto amazônico.

Dividimos este artigo em 04 (quatro) partes, na primeira, traçamos um breve panorama histórico da Vila de Joanes, no qual apresentamos alguns aspectos relacionados aos diferentes processos de ocupação atrelados à origem dos diversos vestígios materiais arqueológicos que compõe a paisagem local. Depois, tratamos especificamente da exposição que foi montada em parceria com os moradores da Vila e o desenvolvimento da nova proposta expográfica. Na terceira parte fazemos algumas

---

<sup>1</sup> Museóloga; Professora Auxiliar da Faculdade de Artes Visuais (FAV) do Instituto de Ciências da Arte (ICA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde leciona para os cursos de Museologia e Artes Visuais; Mestranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPA), sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Marcia Bezerra.

<sup>2</sup>Arqueóloga; Professora Adjunta de Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/PPGA, da Universidade Federal do Pará e do Departamento de Antropologia da Indiana University, nos Estados Unidos e Bolsista de Produtividade do CNPq.



reflexões acerca da relação *pessoas, coisas e passado* a partir do museu que a-s comunidade<sup>3</sup>-(s) pretende-(m) constituir, e por fim, tecemos algumas considerações acerca da gestão comunitária e compartilhada do patrimônio arqueológico e sobre o seu lugar no contexto contemporâneo.

## CONHECENDO A VILA DE JOANES

A Vila de Joanes localiza-se no litoral leste da Ilha do Marajó, em um local de fácil acesso para alguém estabelecido em Belém (aproximadamente, três horas de barco, mas quinze minutos de carro, em meios de transportes que fazem, regularmente, a ligação entre Belém e a Ilha de Marajó, a um custo relativamente baixo). Sua população, segundo dados de censo de 1996, girava em torno de 858 pessoas. Apesar de defasados, o fato de, aparentemente, não ocorrer alterações significativas na densidade populacional do local nos anos posteriores, justifica a utilização destes dados, na ausência de outros mais atualizados. Apesar da pesca continuar sendo a principal atividade econômica do local, o turismo cresceu muito nas últimas décadas; em decorrência da beleza de sua extensa praia Joanes é o destino de muitas pessoas de Belém e outras localidades (do Pará, de outros estados, estrangeiros) durante a temporada do verão e alguns feriados ao longo do ano. Ao atrativo natural, soma-se o arqueológico e histórico: vestígios de antigas construções coloniais com destaque para as ruínas de “[...] uma antiga igreja construída com pedras, tijoleira e barro misturado com conchas [...]” (LOPES, 1999, p.89) associada à missão religiosa aí estabelecida no século XVIII - não se sabe ao certo se erguida pelos jesuítas ou por membros da ordem de Santo Antonio que assumiram o controle da aldeia um pouco depois de sua fundação.

É comum seus moradores encontrarem fragmentos cerâmicos, metais e moedas no terreno de suas residências ou nos locais por onde circulam, convivem, estudam, brincam e trabalham. Em 1986, quando se construía uma obra nos fundos do terreno da Escola local (Escola de Ensino Fundamental de Joanes), fragmentos de cerâmica do

---

<sup>3</sup> Operamos com a noção de comunidade apresentada por Nobeit Elias em seu livro “Os estabelecidos e os Outsiders”, o referido autor fala que: “[...] Em essência, as comunidades são organizações de criadores de lares, são unidades residenciais como os bairros urbanos, os vilarejos, as aldeias, os conjuntos habitacionais ou os grupos de barracas habitacionais [...]” (2000, p. 165).



século XVII e XVIII, bem como, ossos e vasilhas semi-inteiras de cerâmica indígena foram encontrados. Os artefatos coletados foram encaminhados pela Prefeitura de Salvaterra ao Setor de Arqueologia do Museu Paraense Emilio Goeldi (MPEG) onde, após análises quantitativas feitas em laboratório, designou-se uma equipe, sob a coordenação de Antônio Nery da Costa Neto, que se responsabilizou pela execução dos procedimentos necessários para o salvamento do sítio. O primeiro feito pelo MPEG em um sítio histórico da Amazônia, registrado no Livro de Tombo de sua área de Arqueologia como PA-JO-46 (LOPES, 1999, 43).

Passados mais de 25 anos desde o salvamento do sítio, a produção acadêmica específica sobre a história pré-colonial e colonial de Joanes continua acanhada: limitando-se aos relatórios elaborados pelo MPEG durante o processo de registro e tombamento do sítio PA-JO-46 em 1986, por Schaan e Marques (2006), Marques e Bezerra (2009) e uma dissertação de mestrado escrita por Paulo Roberto do Canto Lopes, em 1999. Além dos projetos acadêmicos coordenados pela segunda autora e financiados pelo CNPq e Funarte.

Lopes (1999), levando em conta o fato das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no MPEG estarem mais voltadas para o estudo de sítios relacionados à história pré-colonial recente da Amazônia, observa como no relatório do MPEG não foi dada suficiente atenção aos vestígios encontrados relacionados aos períodos históricos, orientando-se a pesquisa “[...] a partir de uma análise teórica e metodológica que estava voltada para o estudo de sítios pré-históricos [...]” (1999, p. 49). Buscando preencher esta lacuna, o autor foca sua pesquisa na análise mais detalhada dos vestígios associados, diretamente, a missão; na tentativa de entender “[...] o papel político, econômico, social e cultural implementado pelos missionários quando do contato com os indígenas em Joanes [...]” (LOPES, 1999, p.14).

Uma fonte importante utilizada por Lopes no desenvolvimento de sua dissertação foram os códices denominados *Correspondência de Diversos com o Governo*: um conjunto de documentos escritos durante a segunda metade do século XVIII, quando a aldeia de Joanes passa a categoria de Vila e tem seu nome alterado para Monforte, e que se encontram no Arquivo Público do Estado do Pará em Belém. Ao levantar e analisar esta documentação, o autor percebeu que “[...] registros históricos referentes ao século XVII a respeito da instalação, do desenvolvimento e do



cotidiano da missão religiosa de Joanes são restritos [...]” (1999, p.53), não encontrando nenhuma referência a fatos relacionados, diretamente ou indiretamente, a instalação da Missão em Joanes. No entanto, atesta a existência nestes documentos de informações importantes “[...] a respeito da colonização e administração de Belém e suas relações com as pequenas povoações e com a Metrópole” (1999, p.53).

De acordo com Schaan (2009), em 2006, montou-se uma equipe multidisciplinar de pesquisadores (arqueólogos, arquitetos, historiadores, educadores e estudantes de antropologia), com o objetivo de realizar uma ação emergencial no sítio. O trabalho foi pautado pela realização de reuniões periódicas com os moradores, havendo uma gestão compartilhada do projeto. Segundo Schaan, tanto a equipe gestora da Superintendência Regional do IPHAN, quanto os arqueólogos envolvidos compreendiam que “[...] a ação somente seria bem sucedida caso fosse de interesse da vila a recuperação física do sítio, seu estudo e preservação, pois os próprios moradores é que teriam que zelar pelo patrimônio” (SCHAAN, 2009, p.130).

Durante as reuniões, questões relacionadas à guarda do material arqueológico escavado ganham relevância, os moradores exigiram que este permanecesse na Vila:

A limpeza, triagem, classificação e análise do material arqueológico foi realizada na escola local e no salão paroquial, o que possibilitou a participação de membros da comunidade e a facilidade de acesso de estudantes e moradores, a qualquer momento, ao local de trabalho. (SCHAAN, 2009, p. 130).

Os pesquisadores optaram por deixar, mediante autorização do IPHAN, o material arqueológico sob a guarda da escola local (Schaan e Marques, 2006). Em 2009, durante vigência do segundo projeto financiado pelo IPHAN, Marques e Bezerra (2009), buscando atender a solicitação dos moradores organizaram uma pequena exposição em uma das salas de aula da Escola de Ensino Fundamental de Joanes, sobre a qual se centra a nossa discussão nesse artigo.

## **EXERCITANDO A GESTÃO COMUNITÁRIA A PARTIR DA EXPOSIÇÃO**

Em 2008 começou a ser desenvolvido o Projeto “*Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial na Vila de Joanes/Museu do Marajó/MPEG/IPHAN*” (2008-2010) sob a coordenação do Dr. Fernando Marques/MPEG e da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Marcia



Bezerra/PPGA/UFPA, com o objetivo de dar continuidade às pesquisas arqueológicas no Sítio de Joanes, bem como desenvolver atividades educativas visando à redução dos índices de destruição do sítio. (BEZERRA; MARQUES 2008).

Concomitante, outro Projeto de Pesquisa “*Os Significados do Patrimônio Arqueológico para os Moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó, Brasil*” (2009-2011), coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Bezerra e financiado pelo CNPq, também passou a ocorrer. Partindo de uma perspectiva etnográfica, o projeto visa à compreensão dos significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha de Marajó. A pesquisa tem como pontos principais:

- 1) As representações que as comunidades locais têm acerca do patrimônio arqueológico da Vila de Joanes;
- 2) A dinâmica de construção da idéia de patrimônio;
- 3) A apropriação deste pelos diferentes agentes inseridos nesse contexto;
- 4) A prática de colecionar objetos arqueológicos comum entre os moradores da Vila;
- 5) O impacto das ações de Educação Patrimonial sobre a percepção do patrimônio arqueológico;
- 6) As relações entre pesquisa acadêmica e o gerenciamento do patrimônio arqueológico.

No segundo semestre de 2010, a partir de uma parceria acadêmica entre os campos da Museologia e da Arqueologia na UFPA, e adotando o princípio da multivolcalidade as professoras Luzia Gomes e Marcia Bezerra elaboraram o Projeto de Extensão “Musealizando e compartilhando a gestão do patrimônio arqueológico na Vila de Joanes, Ilha do Marajó-PA”, cujo principal objetivo é criar a sala de exposição comunitária permanente e o banco de dados dos registros das narrativas orais dos próprios moradores acerca do patrimônio arqueológico na Vila de Joanes, Ilha do Marajó - PA, visando à preservação e socialização deste patrimônio.

A primeira exposição realizada na Escola de Ensino Fundamental de Joanes ocorreu de abril de 2009 a abril de 2010, no âmbito do Projeto *Educação Patrimonial na Vila de Joanes/Museu do Marajó/MPEG/IPHAN*”. Ao ser inaugurada, esta exposição ocupava uma das salas de aula da referida escola. Montada de modo muito simples, porém didático, consistia em 03 (três) banners explicativos pendurados em



duas das paredes da sala, e uma série de objetos divididos em três vitrines colocadas sobre uma mesa de madeira que ficava bem no centro da sala. Os objetos que constituíam as vitrines eram:

1. Fragmentos cerâmicos, alguns de origem indígena, e louça relacionada aos diferentes momentos do processo de colonização européia no local;
2. Moedas de diferentes períodos;
3. Objetos metálicos, em suma, uma pequena mostra dos objetos encontrados pelos moradores nos quintais de suas casas, ou pelos arredores da Vila.

Dentro da vitrine, ao lado de cada um dos objetos, foram colocadas legendas explicativas e na lateral de cada vitrine um texto maior, no qual se falava sobre o projeto e o contexto arqueológico e histórico da Vila de Joanes. Ressaltamos que através do livro de visitas foi possível verificar que a exposição foi bastante visitada por moradores e turistas brasileiros e estrangeiros.

Após um ano, equipe gestora da escola solicitou a desmontagem da exposição, pois necessitava que o espaço voltasse a ser utilizado como sala de aula. No entanto, interessada em manter a exposição dentro do espaço escolar, cedeu outra sala menor, localizada próximo à secretaria, que no momento vinha sendo utilizada apenas como depósito. O desejo de em continuar com a exposição dentro da escola merece algumas palavras, pois não nos parece surgir apenas de um “interesse” particular da equipe gestora, nem da comunidade escolar, mas, decorrente de um contexto local mais amplo, que se constitui em um “interesse social” da população de Joanes pelos vestígios arqueológicos presentes na paisagem local.

Percebemos que alguns moradores possuem o hábito de colecionar os fragmentos encontrados nos quintais de suas casas. Sobre isto, um fato ocorrido durante uma de nossas idas a escola servirá de exemplo: Enquanto avaliávamos as condições da sala que receberia a nova exposição, uma moradora foi até a escola e nos mostrou uma xícara de porcelana inglesa que havia encontrado no quintal de sua casa. Ela havia “reconstituído” a xícara, colando os fragmentos com fita adesiva transparente. Consideramos que do ponto de vista técnico da conservação/restauração, o procedimento não pode ser compreendido como adequado, contudo, essa ação nos diz muito sobre alguns dos padrões de se comportar, pensar, sentir, agir compartilhados socialmente pelos moradores locais com relação a esta porção material



que compõe a paisagem da Vila, ou seja, sobre esses fragmentos que enquadrámos e classificámos na categoria de patrimônio arqueológico. Esta constatação serve para pensar sobre duas questões:

A primeira diz respeito a uma série de ideias ainda compartilhadas por muitos arqueólogos no Brasil, segundo as quais o “comportamento” das comunidades estabelecidas próximos a sítios arqueológicos tende a ser destrutiva, sendo “seu interesse e conhecimento acerca destes muito baixo ou, simplesmente, nulo”. Se levarmos em conta os inúmeros casos nos quais informações prestadas por moradores locais foram essenciais para a localização de muitos sítios arqueológicos no Brasil, percebe-se que o “desinteresse” e “desconhecimento” atribuído a estes moradores são deduções que, há tempos, já merecem uma revisão. O interesse em manter a exposição na escola, por exemplo, apresenta indicativos de que para além das práticas de caráter destrutivo (que não negamos que existam, somente não concordamos com o argumento de que a ação dos moradores locais se dá *apenas* nesta direção), há uma série de práticas, socialmente compartilhadas, voltadas para a preservação e conservação dos vestígios arqueológicos. Para Bezerra (2011), é preciso pensar a questão a partir da perspectiva dos estudos de cultura material, considerando as práticas relativas ao patrimônio arqueológico, em comunidades de pequena escala, como formas distintas e complexas de fruição com o passado.

A segunda é a possibilidade de se estabelecer e manter espaços destinados à preservação e exposição destes vestígios, sem precisar retirá-los da comunidade. Montar e manter uma reserva técnica equipada, bem como um espaço expositivo climatizado, com iluminação adequada, nos moldes do que pode ser encontrado em museus e centros de pesquisa de Belém e/ou de outras grandes cidades brasileiras, não é economicamente viável em Joanes, tão pouco em muitas outras pequenas comunidades na Amazônia nas quais vestígios arqueológicos são elementos constitutivos da paisagem. Diante deste quadro, propor a reestruturação de uma pequena exposição significou algo mais do que, simplesmente, transferir objetos de um espaço expositivo para outro, significou enfrentar as seguintes questões:

- Como possibilitar a conservação de um acervo e a sua exposição sem contar com equipamentos e recursos expográficos convencionais, dispondo apenas dos recursos locais?



- Como propor soluções viáveis e possíveis, com harmonia estética, sem improvisar?

A sala de aula na qual a exposição encontrava-se montada era bastante ampla, arejada, localizada próximo ao portão de entrada da escola. Já o novo espaço cedido é estreito e nos fundos da mesma. Em um primeiro momento produziu uma ilusão de que a sala anterior por ser ampla era mais adequada para expor os objetos, contudo, percebemos que a nova sala era muito mais interessante, uma vez que:

- O novo espaço não é uma sala de aula, por isso, não possui lousa, nem outros elementos que visualmente destoem dos objetos que serão expostos;
- As paredes, o piso e o teto têm cores neutras (bege e branca), propiciando assim uma melhor harmonia estética.

Estamos pensando a nova exposição com a perspectiva de darmos continuidade à co-gestão do patrimônio arqueológico. Segundo Gonçalves, “A exposição desses novos tempos é um espaço público, de permanente diálogo com a comunidade. Tem papel significativo no processo de construção simbólica e da identidade [...]” (2004, p. 16). Considerando que a exposição é uma narrativa visual construída a partir de um conjunto de imagens intermediadas pelos objetos, ao desenvolver um projeto expográfico na Vila de Joanes em parceria com os seus moradores nos proporciona entender a forma como eles querem se auto-representar nesse espaço expositivo.

Compreendemos a exposição como um processo criativo, nesse sentido para criarmos a ambientação do espaço expositivo na Escola de Ensino Fundamental de Joanes, utilizaremos materiais que sejam encontrados na Vila, a exemplo da madeira - utilizada para confeccionar os barcos dos pescadores -, bem como, pretendemos que os expositores sejam confeccionados pelos próprios moradores, sem perder de vista a harmonia estética. É importante salientarmos que durante o período em que a exposição ficou montada, foram os próprios moradores que gerenciaram o espaço, mantendo o patrimônio arqueológico bem conservado do ponto de vista técnico. Em nosso entendimento o que possibilitou a exposição dos objetos sem que sofressem nenhum tipo de danificação foi o interesse social, bem como, a relação afetiva que os moradores de Joanes estabelecem com essas coisas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

É evidente que as exposições também são formas materializadas de representações, onde as narrativas visuais construídas passam por um processo de seleção, implicando em omissões e silencia mentos: Conforme relata Cunha:

Expor é revelar/esconder, evidenciar/dissimular, incluir/excluir, iluminar/nublar elementos que seus organizadores e patrocinadores desejam tornar conhecidos ou esquecidos. Neste quadro, a exposição caracteriza-se também como espaço de luta entre poderes daí advindo exclusões, ocultamentos, seleções, promovendo silêncios e omissões. Não pode ser entendida como o fim de um processo, mas, como uma obra alimentada e realimentada permanentemente, articulada e articulando-se com outros elementos e signos do sistema de conhecimentos e de poderes instituídos [...] (2006, p. 16).

Para além de compreendermos a exposição como uma das formas de musealização inserida no processo de comunicação, acreditamos que em contextos como o da Vila de Joanes, o espaço expositivo também pode se tornar um lugar de convivência de diversos saberes, no qual diferentes interpretações acerca do patrimônio arqueológico podem ser apresentadas de forma simétrica.

## **PESSOAS, COISAS E PASSADO: A IDEIA DE MUSEU NA VILA DE JOANES**

Ao desenvolver os projetos supracitados na Vila de Joanes em parceria com os moradores, passamos a perceber em suas narrativas a demanda pela constituição de um *museu*. A partir dessa constatação, nossa pesquisa de mestrado - em andamento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPA) - busca compreender qual a *ideia de museu* que os moradores possuem e de que forma eles querem se *auto-representar* intermediados pelas coisas nesse “lugar praticado de memória” que pretendem constituir. Ainda que visualmente o museu não exista, pois, não se encontra edificado, compreendemos que a existência de algo ultrapassa os limites estabelecidos pelo concreto no sentido de “pedra e cal”. De acordo com Bittencourt “[...] o museu é ao mesmo tempo fato concreto e abstrato [...]” (2009, p. 21). Consideramos ser possível pensar na presença desse museu a partir do momento que ele faz parte do imaginário destes moradores. Nesse sentido operamos com a *ideia de museu* em constante transformação, por meio da qual é possível criar narrativas visuais com a



perspectiva de “[...] representar (re-presentar) o mundo, os homens, as coisas, as relações [...]” (MENESES, 2008, [s/n]).

Detectamos entre os moradores interesses convergentes e divergentes em torno da constituição do referido museu, que perpassam pela denominação dessa instituição, assim como, pelas *coisas* que deverão ser expostas. Para alguns moradores o que deve ser constituído na Vila é um memorial onde se apresente aos visitantes<sup>4</sup> a “história de Joanes” a partir da exposição dos vestígios arqueológicos. Para outros, o museu é um lugar para se exibir relíquias, *coisas diferentes* que chamem á atenção dos visitantes. Ao falar desses objetos curiosos, geralmente eles mencionam o *bezerro de duas cabeças* exposto no Museu do Marajó, localizado no município de Cachoeira do Arari, também na Ilha do Marajó. Há também os que vêem na constituição do museu a possibilidade de potencializar o turismo em Joanes, gerando emprego e renda para a população local.

Segundo Tilley, “O mundo dos objetos é, portanto, absolutamente central para um entendimento das identidades de pessoas e sociedades. (...) sem as coisas – cultura material – nós não poderíamos ser nós mesmos nem conhecer a nós mesmos”<sup>5</sup> (2008, p. 60). Ao propor estudar *a ideia de museu dos moradores da Vila de Joanes*, não é possível perder de vista a relação *pessoas, coisas e passado*, uma vez que, nesse caso especificamente, é possível visualizar e interpretar o museu como uma coisa que abriga as coisas do passado. “Pessoas e coisas, em uma relação dinâmica, são constitutivas da cultura humana em geral, sociedades e comunidades em particular e nas ações de grupos e indivíduos”<sup>6</sup> (TILLEY, 2008, p. 61). De acordo com Merleau-Ponty:

Nossa relação com as coisas não é uma relação distante, cada uma fala ao nosso corpo e à nossa vida, elas são revestidas de características humanas (dóceis, hostis, resistentes) e, inversamente, vivem em nós como tantos emblemas das condutas que amamos ou detestamos. O homem está investido nas coisas, e as coisas estão investidas nele. (2004, p. 24).

Refletir sobre a relação *pessoas, coisas e passado* na Vila de Joanes nos possibilita compreender como nas diferentes sociedades em funcionamento, os objetos

<sup>4</sup> Ao falar dos visitantes, geralmente os moradores se referem aos turistas brasileiros e estrangeiros que frequentam a Vila.

<sup>5</sup> Tradução livre de Doriene Luna.

<sup>6</sup> Tradução livre de Doriene Luna.



materiais se transformam, se desgastam, circulam e neste processo são re-classificados, sendo “[...] importante acompanhar descritiva e analiticamente seus deslocamentos e suas transformações e re-classificações através dos diversos contextos sociais e simbólicos” (GONÇALVES, 2007, p.15). Apesar de identificarmos que os moradores de Joanes apresentam objetivos e interesses os mais variados possíveis para a constituição do museu, fica explícito em suas narrativas a percepção desse espaço como o *lugar do passado*. Conforme sugere Benjamin: “A verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido [...]” (1994, p. 224). Para o referido autor: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo [...]” (BENJAMIN, 1994, p. 224).

Compreendemos que as funções e significados adquiridos pelas *coisas* em contextos como o da Vila de Joanes, estão diretamente associados às relações de poder estabelecidas em nossa sociedade: ao direito de *propriedade e uso* destas *coisas* e, em especial, a *quem* pode e o *que se pode* falar sobre elas. Contudo, desde os processos de descolonização da segunda metade do século XX, até o presente momento, diferentes coletivos humanos que foram colocados á margem das políticas de criação dos museus e dos seus processos de musealização, bem como, da seleção dos patrimônios, vêm assumindo “[...] voz na arena internacional e no seio das nações (...) ou, internamente, luta por sua autodeterminação face aos estados nacionais [...]” (DIAS, 2001 p.13), exigindo o direito de falar por si mesmo, sem intermediários.

No que se refere aos museus é possível inferirmos que a constituição dos *museus comunitários* no século XX, - particularmente na América Latina -, vem a calhar com os anseios dos diversos grupos sociais invisibilizados dos “lugares oficiais de memória”, que cada vez mais reivindicam e demandam a criação de seus museus, nos quais eles possam realizar seus processos de musealização baseadas em suas próprias compreensão e interpretação do que venha a ser o museu. Nesse sentido corroboramos com Jeudy ao nos dizer que:

A elaboração de um museu não efetiva apenas o consenso social que se faz em torno de um ideal da conservação, mas, também diversas práticas de intercâmbios culturais. A preparação e o



desenvolvimento de um museu – cuja concepção foi decidida por uma multiplicidade em geral pressionada pela demanda de uma associação já muito ativa -, supõem em reunião de objetos e de documentos que gera comunicação social; Fazer um museu é sempre fazer reviver um lugarejo, e depois uma região. É um ato coletivo de restituição das trocas perdidas, mas, também uma troca presente. (1990, p. 30).

Ao tentarmos entender o que é museu para a-(s) comunidade-(s) de Joanes e a forma como eles pretendem se auto-representar nesse espaço, perpassa por refletirmos sobre os processos de musealização em sítios arqueológicos habitados por pessoas. De acordo com Shanks e Tilley a “[...] musealização é a elaboração de um sistema estético para criar significados” (1987, [s/n]). Partindo dessa perspectiva acreditamos que os significados e re-significados que os moradores de Joanes dão as “coisas do passado” no presente, devem ser o fio condutor da elaboração e concretização das ações de musealização que os órgãos gestores do patrimônio pretendem realizar na Vila.

## TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A importância dos vestígios arqueológicos como fonte de pesquisa, reside no fato de, em muitos casos, se constituírem na única forma de acessar informações sobre contextos culturais desaparecidos, sendo por isto de suma relevância garantirmos sua preservação e conservação. Mas, não só. É importante perceber estes vestígios não apenas como “artefatos” vinculados a contextos desaparecidos, mas também, através da observação e estudo das novas funções e significados que adquirem no momento em que são “re-integrados nas sociedades do presente, os processos de re-introdução de elementos “[...] de uma cultura extinta numa sociedade viva [...]” (FUNARI, 1988, p. 24).

Outro aspecto a ser problematizado é a gestão desses vestígios quando passam a ser classificados como patrimônio arqueológico. Em contextos como o da Vila de Joanes, não parece viável adotar apenas ações de coleta e arquivamento dos vestígios nas reservas técnicas dos museus, visto apenas pelo que contribui para os estudos acerca do passado mais recuado da região. É preciso cada vez mais exercitarmos a gestão comunitária e compartilhada do patrimônio arqueológico *in situ*, estabelecendo relações simétricas entre moradores, técnicos dos órgãos gestores do patrimônio e



pesquisadores, buscando assim, construir ações conjuntas de preservação e musealização.

Por fim, consideramos que a gestão comunitária e compartilhada precisa ser mais praticada e tratada com profundidade na Região Norte. É notório que a preservação e conservação do patrimônio arqueológico, necessariamente, passa pelo entendimento do que eles podem dizer tanto sobre *quem ocupou, como ocupou*, quanto sobre *quem ocupa e como ocupa* um determinado lugar.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. In: **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987. pp 222-232.

BITTENCOURT, José Neves. As coisas dentro da coisa: observações sobre museus, artefatos e coleções. In: **Cidadania, memória e patrimônio: as dimensões do museu no cenário atual**. Organizadores: Flávia Lemos Mota de Azevedo; Leandro Pena Catão; João Ricardo Ferreira Pires. 2009. pp. 17-31.

BEZERRA, M. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. v. 6, n.1.jan.-abr. 2011. Belém. pp.57-70.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **Teatro de Memórias, Palco de Esquecimentos: Culturas Africanas e das diásporas negras em exposições**. Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – (PUC). 2006.

ELIAS, NOBERT. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução, Vera Ribeiro; tradução do posfácio á edição alemã, Pedro Sussekind; apresentação e revisão técnica, Frederico Neiburg – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. Série Princípios, Nº. 145, Editora Ática. São Paulo, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro. 2007. Editora GARAMON. Ltda.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **O Museu e a Exposição de Arte no Século XX**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2004.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

LOPES, Paulo Roberto do Canto. **A Colonização Portuguesa da Ilha de Marajó: Espaço e Contexto Arqueológico-Histórico na Missão Religiosa de Joanes**. Dissertação (Mestrado em História). 200 f. – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Jan. 1999.

MARQUES, F. L. T. ; BEZERRA, M. **Projeto de Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial na Vila de Joanes, Ilha do Marajó**. Relatório Parcial. Belém, 2009.

MARQUES, F. L.T. ; BEZERRA, M. **Projeto de Pesquisa Arqueológica e Educação Patrimonial na Vila de Joanes, Ilha do Marajó**. Relatório Parcial. Belém, 2008.

MENESES, Ulpiano Bezerra T. de. O museu e o problema do conhecimento.

Disponível em:

[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/AnaisMuseus-Casas\\_IV/FCRB\\_AnaisMuseusCasasIV\\_UlpianoBezerraMeneses.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/AnaisMuseus-Casas_IV/FCRB_AnaisMuseusCasasIV_UlpianoBezerraMeneses.pdf)

Último acesso realizado em 16 de junho de 2011 às 18h35min.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Conversas – 1948**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHAAN, Denise Pahl. “Múltiplas vozes, memória e histórias: por uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico da Amazônia.” In: **Marajó: arqueologia, iconografia, história e patrimônio – textos selecionados**. Erechim, RS: HABILIS, 2009. pp. 105-137.

SCHAAN, D. ; MARQUES, F. L. T. **Projeto Preservação, conservação, pesquisa e educação patrimonial no sítio histórico de Joanes**. Relatório Final. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. 2006.

SHANKS, M. & TILLEY, C. - Presenting the past: towards a redemptive aesthetic for the museum. **IN: Reconstructing Archaeology: theory and practice**. Cambridge University Press. Cambridge. 1987.

TILLEY, C. - Objectification. In: Tilley, C. et al (eds.) – **Handbook of Material Culture**. New York: Sage: 2008. pp.60-73.